

# “DESBRIAMENTO” E “PERVERSÃO”: OLHARES ILUSTRADOS SOBRE OS RETIRANTES DA SECA DE 1877

*Frederico de Castro Neves\**

## **Resumo**

Este artigo procura discutir os significados atribuídos aos retirantes cearenses da seca de 1877, tanto pelas elites locais como pelas elites do Rio de Janeiro. Identifica que os debates em curso naquele momento crítico do Império tematizam questões como a caridade, o trabalho e a moralidade. Utiliza como fontes jornais do Rio de Janeiro e de Fortaleza, romances e documentos oficiais.

## **Palavras-chave**

Seca; caridade; trabalho; moralidade.

## **Abstract**

*This article analyses the meanings built by the Brazilian elites about the retirantes (migrants) from the state of Ceará during the 1877 drought. It concludes that the contemporary debate focused on questions like charity, labour and morality. Its sources are newspapers from Rio de Janeiro and Fortaleza, novels and official and governmental documents.*

## **Key-words**

*Drought; charity; labour; morality.*

## Introdução

O impacto que a seca de 1877 provoca no imaginário social e político das elites brasileiras não é desprezível. Inicialmente definido como “sêcca do Norte” ou simplesmente “sêcca do Ceará”, o fenômeno desdobrava-se em conseqüências imprevistas, para as quais o receituário assistencialista tradicional – no topo do qual encontrava-se a figura paternal do imperador D. Pedro II – não foi suficiente nem satisfatório. Fome generalizada, invasão de cidades por hordas de famintos, migrações descontroladas, criminalidade exagerada, prostituição indiscriminada, saques a casas de comércio e até mesmo casos de antropofagia ou comércio de crianças são alguns dos elementos que passam a figurar nos relatos dos jornais de todo o país, em descrições que se caracterizam pelo sensacionalismo e pela riqueza de detalhes, além de inúmeras avaliações subjetivas – preconceituosas e etnocêntricas – que permitem ao historiador adentrar um pouco na rede de significados que povoa as mentes daqueles homens encarregados de elaborar e colocar em prática um plano de assistência aos milhares de retirantes famintos que se deslocam para vários recantos do país, à procura de retomar os laços perdidos de proteção e lealdade.

Este artigo realiza uma avaliação dessas expectativas, propostas e demandas surgidas entre setores “ilustrados” da Corte e da Província do Ceará, tomando como fontes principais os periódicos cariocas *Jornal do Commercio* (JC) e *Gazeta de Notícias* (GN), além do *Cearense* (CE), órgão do Partido Liberal em Fortaleza, procurando combinar e contrapor documentos de origem diversa, como romances escritos na efervescência dos acontecimentos, além da correspondência oficial.<sup>1</sup>

Procuo, de certa forma, perseguir os movimentos dos trabalhadores pobres que, abandonando suas plantações destruídas, encontram estruturas de sentimentos variadas e ambíguas, em meio a uma crise que percorre toda a nação e em pleno contexto de luta, entre diferentes setores das elites brasileiras, pelo controle simbólico da sociedade nacional que se construía definitivamente no final do Império. As formas tradicionais de relacionamento com os pobres passam a ser questionadas, de um lado, pela pressão contínua dos retirantes e, de outro, pela impaciência pragmática dos liberais. Nesse contexto, as idéias de *trabalho e civilização* ganham novos significados, assim como o lugar destinado aos trabalhadores e aos pobres em geral passa a ser melhor definido.

Nas fontes, mudanças significativas foram identificadas em torno das noções de caridade, trabalho e moralidade. A partir delas, procurava-se circunscrever o lugar social do trabalhador rural e, ao mesmo tempo, definir rigorosamente os limites para sua ação autônoma, no contexto do redirecionamento das relações de trabalho e das instituições políticas

que ocorreu por toda a segunda metade do século XIX. As discussões em torno do caráter do “trabalhador nacional” ganham relevo no momento mesmo em que a escravidão estava sofrendo restrições, não só pelas pressões internacionais como pela própria legislação brasileira (Leis de 1850 e 1871), ocasionando um intenso tráfico interno, esvaziando as províncias do Norte, especialmente as que dependiam da produção açucareira, de sua principal fonte de mão-de-obra.

Assim, é a partir dessas mesmas noções que este artigo desenvolve sua argumentação.

### *Caridade e esmola*

Em setembro de 1877, ao voltarem de Portugal, onde já haviam participado de “um concerto no Passeio Público do Rocio em benefício das vítimas da seca do norte do Império”,<sup>2</sup> o imperador D. Pedro II e sua digníssima esposa foram convidados pelo Sr. comendador Felix Peixoto de Brito e Mello a reunirem-se aos demais nobres passageiros no salão de refeições, ainda no navio que os transportava ao Brasil. Em vigoroso e impactante discurso, o comendador apelava ao sentimento “mais nobre e grandioso”, “mais sublime do coração humano”, “que penetra profundamente” nos “generosos corações” dos presentes: o “sentimento da gratidão”. Falava de um “magnânimo e generoso movimento” em favor das “vítimas da secca” que assolava “algumas províncias do norte do Brasil”, diante do qual ninguém poderia conservar-se indiferente. Descreve, em rápidas palavras – pois não se propõe a “traçar com cores negras em lúgubre quadro as tristes vítimas da secca” –, o que considera “uma das grandes calamidades a que está sujeita a espécie humana”: as “figuras desoladas, famintas, desfalecidas, moribundas, debatendo-se nas angustias da morte”, a “carinhosa mão que apertando em seus desecados peitos a inocente filhinha que não pôde amamentar e cobrindo-a com suas lágrimas a vê exhalar o último alento”.

Pretendia o comendador que tão importantes figuras, reunidas em viagem à Europa, se unissem àqueles que “se tem congregado por toda a parte, fazendo passar de mão em mão o sacco da beneficência, para receber o obulo da caridade em favor das vítimas da secca”. Apelou ao “preceito divino que manda dar de comer aos que têm fome” e assegurou que “Deus abençoará e remunerará a vossa piedosa obra”.

Entrai em vossas almas, consultai vossos corações, e ouvireis uma voz íntima dizer-vos – *Homo sum humanum nihil a me alienum puto*. Sim, senhores, quando uma parte da humanidade sofre a humanidade é uma só, não há distinções de raças, nem de religião, nem de gerarchias, todos somos irmãos, vamos socorrer nossos irmãos.

O chamamento à solidariedade para com os pobres que morriam de fome, principalmente na Província do Ceará, parece que surtiu efeito, pois imediatamente o Imperador encabeçou com 2:000\$000 uma subscrição, cujo resultado (3.670 francos), a ser distribuído “equitativamente pelas províncias do norte do Império assoladas pela secca”, foi entregue ao presidente da Província de Pernambuco assim que lá aportou a imperial comitiva.<sup>3</sup>

As atitudes do comendador e do imperador ampliavam, a uma escala nacional, o movimento de auxílio às vítimas da seca, que a caridade dos cearenses já havia iniciado alguns meses antes. Em Fortaleza, “d’onde todos com rasão esperão que partirá o movimento generoso em favor dos indigentes”, os apelos à solidariedade já se estampavam nos jornais: “cumpre pois que nos preparemos para hospedar a miséria que nos bate á porta e soccorre-la tanto quanto estiver nas forças de cada um”.<sup>4</sup> Os mecanismos de proteção à pobreza, conectados ao modelo de reciprocidade desigual vigente na sociedade sertaneja e integrados aos padrões paternalistas do Império, já estavam sendo colocados em prática. A *esmola* era o elemento central definido pelo costume, embora a legislação já estivesse procurando estabelecer que “semelhantes socorros só devem ser prestados em gêneros alimentícios, dietas, medicamentos, vestuário, conforme dispõe o Decreto n° 2884 de 1° de fevereiro de 1862”, nunca em dinheiro.<sup>5</sup>

No entanto, a presença do próprio imperador nesse movimento deslocara seus significados, desviando a ênfase, que sempre recaiu na “caridade particular”, para a necessidade de “auxílio do governo”. A dimensão assumida pela seca de 1877, explicada pela sua incomum amplitude ou pelo aumento da população nas áreas afetadas, exigiu do governo uma tomada de posição, cujas características refletem a ambigüidade das transformações políticas pelas quais passava a sociedade brasileira naquele momento. Dessa forma, seja como for, a proteção aos pobres em tempos difíceis, conectada aos laços pessoais de reciprocidade que perpassavam tanto a sociedade quanto o Estado, não tinha como, dadas as “proporções de espantosa calamidade”, permanecer circunscrita à esfera privada. No início de 1878, portanto, a certeza de que “S. M. o Imperador e a virtuosa e muito amada Imperatriz (...) abrirão seus bolsinhos com largueza em socorro dos flagelados”, embora ainda presente, já não é mais suficiente para resolver esse “mal imenso que confrange todos os corações”, pois, mesmo com a ação imediata da caridade e do socorro particular praticado pelas populações mais abastadas, “a secca ainda continua, e seus horrores espanção e horrorisção”.<sup>6</sup>

De fato, a figura do imperador participa ativamente da montagem desse modelo de relações recíprocas mediadas pela troca de lealdade por proteção e sua presença efetiva

nesses atos em que a caridade centraliza, organiza e dirige as ações de assistência aos pobres é inclusive cobrada pelos órgãos de imprensa e, de certa forma, pelos próprios trabalhadores.

Isso não é fácil de constatar na documentação disponível. Todavia, segundo o farmacêutico Rodolpho Theophilo, os agricultores arruinados partiam para Fortaleza na esperança de que “o Rei tinha mandado muito dinheiro e roupa para se distribuírem com a pobreza” e, mais tarde, furtariam alimentos dos carregamentos do governo alegando que “tudo era do Rei e por conseqüência lhes pertencia”.<sup>7</sup> A presença do imperador nessa relação, oferecendo confiança aos pobres, exercia uma função estabilizadora importante, garantindo a permanência de um sistema em que todos, de forma desigual, pareciam ter um lugar. As ligações do Império com a religião católica romanizada, por outro lado, reforçavam esses laços pessoais, que, por mais hierárquicos que sejam, configuravam um arco imaginário de pertencimento que agregava a todos. Haveria uma compreensão implícita dos papéis a serem desempenhados no interior dessa relação, constituindo um campo político específico onde se estabelecem negociações e conflitos, pois, ao mesmo tempo que se reforçavam os laços de dependência e submissão através da distribuição de esmolas, ações transgressoras – o roubo e o saque – eram legitimadas em função da proximidade simbólica com o monarca.

Assim, a caridade, nesse campo, desempenha um papel que não é desprezível, cuja importância, portanto, parece ter sido percebida pelos trabalhadores, tanto do campo como da cidade.

Um abaixo-assinado, enviado ao Imperador por um grupo de 31 trabalhadores de Sobral, já em 1877, lança algumas luzes sobre essa percepção, sempre opaca na documentação oficial ou oriunda das elites políticas ou intelectuais. Após descreverem a situação de ausência de trabalho em função da seca – em que não só “falta a obra e decresse o salário”, mas igualmente “sobem os preços dos gêneros alimentícios acima das possibilidades da maior parte dos artífices” –, os operários (cinco seleiros, seis alfaiates, quatro ferreiros, dois ourives, oito sapateiros, quatro pedreiros e dois carpinas) afirmam-se como “tão obscuros quanto fiéis súditos de V. M. I.” e, por fim, “fazem respeitoso apello ao paternal coração de V. M. I. para obterem serviço por conta do Estado” ou “receberem das beneficentes mãos de V. M. I. qualquer donativo”. A linguagem aqui utilizada obedece a um protocolo de respeito e submissão, que reafirma as regras da convivência entre desiguais, embora denuncie as circunstâncias da pobreza em que se encontram os trabalhadores. O léxico deixa transparecer um domínio tático sobre as expectativas dos superiores para com a posição de seus subalternos e, ao mesmo tempo, as demandas parecem ser filtradas por

representações ocultas sobre os significados da submissão.<sup>8</sup> Os signatários, assim, “imploram a Augusta proteção de V. M. I. afim de receberem algum socorro” e deixam ao imperial “conselho da Alta Sabedoria” a decisão de “atender a supplica”. Assim, o fardo da decisão sobre o futuro desses “artistas brasileiros” transfere-se para as mãos caridosas de D. Pedro II, que, assim, assume seu lugar nesse modelo de atendimento individual daquelas demandas que podem ser consideradas “justas” ou “oportunas”.<sup>9</sup>

A subscrição, ato letrado de artistas e operários urbanos, soma-se às pressões da multidão de pobres de origem rural, configurando um cenário de transgressão generalizada que iria apavorar as elites locais. Um “levante geral dos pobres”, em um contexto de miséria e sofrimento e de ações legitimadas pela seca, pareceria mais plausível do que nunca. As ações de caridade e proteção, assim, como parte desse “pacto entre desiguais”, tornam-se mais do que necessárias, mas plenamente urgentes, articulando um ambiente “emergencial” em que surgem como solução imediata e conhecida.

Dessa forma, listas de subscrições apareciam diariamente na imprensa de Fortaleza e da Corte, atestando um nível de mobilização nacional que implica a criação de comissões de socorros em inúmeras localidades do país. No Rio de Janeiro, várias comissões são formadas, com a participação de destacadas personalidades locais, cujo principal “Thesoureiro” era o Dr. Liberato de Castro Carreira, que, em inúmeros artigos no *Jornal do Commercio*, procura não só obter adesões à campanha, como também divulgar os resultados das subscrições, além de participar intensamente do debate em curso sobre as melhores formas de combater ou prevenir as secas no Ceará e no Norte do Império. Iniciativas individuais também aparecem nos jornais. O Sr. João Antonio Capote, por exemplo, participa diretamente desse esforço e ainda ressalta, em uma série de artigos, a importância da iniciativa particular na resolução dos problemas sociais e reclama freqüentemente de que o governo não facilita as remessas dos socorros, denunciando a “concorrência do governo na compra de gêneros”.<sup>10</sup>

Os princípios gerais que movem essa mobilização social continuam sendo a caridade e a solidariedade cristã, atestando não só a presença desses sentimentos na experiência de relacionamento entre os abastados (ou o governo) e a pobreza, em tempos de escassez, como também a sua força organizativa no estabelecimento cotidiano das relações sociais baseadas na reciprocidade desigual, característica do paternalismo.

A *esmola*, em dinheiro, víveres ou roupas, constituía-se na principal relação estabelecida com os pobres, seja por particulares ou pelo Estado, o que transformava em “política oficial” um modelo de ação que é característico do mundo privado, das relações pessoais e

do paternalismo. As “listas” estimulam a participação de todos nesse “movimento” de ajuda àqueles que necessitam desesperadamente de um auxílio, em função de uma urgência provocada por um fenômeno da natureza – a seca. Mas esse modelo possui os seus limites.

O que está em jogo nesse momento, talvez, é mais do que um aumento na escala da calamidade ocasionada pela seca, mas uma mudança na relação entre o Estado e uma determinada parcela dos trabalhadores pobres do campo, sujeitos periodicamente às inclemências da natureza, passando, como afirma ainda o comendador Mello, “da propriedade para a miséria, da miséria para a fome, e muitos da fome para a morte”! A quantidade de pessoas necessitando de auxílio do Estado e de particulares tanto quanto o tipo de trabalhadores que são esses “retirantes” irão minar essa percepção da caridade e, fundamentalmente, essa forma de relação com os pobres.

Em pouco tempo, a incorporação da caridade pelas políticas oficiais dá lugar a uma série de argumentações e críticas que indicam uma preocupação ora com os “direitos” garantidos pela Constituição, ora com o “bem do Estado”. Generaliza-se a idéia de que “o systema de socorros por esmolas é o mais prejudicial e pernicioso que se pôde imaginar”.<sup>11</sup> O próprio Castro Carreira conclui que “o systema de esmola inutilisou uma população prestavel”.<sup>12</sup> A crise do Império é igualmente a crise de seus fundamentos simbólicos e ideológicos.

A carta de 1824, sucintamente, estabelece apenas que “a Constituição também garante os socorros públicos” (Art. 179, item XXXI) – o que possibilita um leque bastante amplo de interpretações. Para o engenheiro André Rebouças, esse item constitucional significa “irrecusavelmente” que “o governo imperial não pode deixar morrer uma só pessoa de fome sem faltar ao primeiro de seus deveres”.<sup>13</sup> Por sua vez, o jornalista José do Patrocínio, em visita ao Ceará, anota que “o socorro em tempo de calamidade é lei, logo o Estado ao dal-o cumpre apenas com um dever”.<sup>14</sup> Trata-se, portanto, de uma mudança na ênfase dada ao instrumento de auxílio estatal aos pobres trabalhadores que não conseguem, por uma razão estranha às suas vontades, permanecer trabalhando em seus locais de origem, ficando na dependência da ajuda dos mais afortunados. Aquilo que pertencia originalmente à esfera da ação privada, volitiva, a *esmola*, passa a ser ressignificado como um *dever*, independentemente da vontade ou das convicções dos governantes ou de quem quer que seja. Daí por que, em lugar da esmola – que designa, para Patrocínio, “a caridade do Estado” –, deveria ser generalizado o *socorro*, que se constitui em um *direito*: assim, segundo ele, “não se recebe um favor, goza-se de um direito”. Rebouças reforça essa idéia ao afirmar que “poderia parecer que pedimos esmola, quando estamos exigindo o cumprimento de um *dever constitucional*, acima do qual não conhecemos nenhum”. Nota-se que o *pedido*, que é

característico da esfera privada das relações sociais, é substituído pela *exigência*, que se refere a direitos garantidos socialmente. Para esse engenheiro, a caridade não significa necessariamente a distribuição de esmolas; assim, segundo uma curiosa perspectiva utilitarista, socorrer os “desditosos” irmãos do “Norte do Império” não só “é obra sublime da Caridade”, como também “é dever constitucional”, mas, especialmente, “é grandiosa empreza com renda líquida annual nunca menor de 20%”.<sup>15</sup>

Mas a questão ainda não está resolvida.

Em primeiro lugar, os partidários do “antigo regime” – paternalista – propugnam uma imediata e enérgica ação estatal no sentido de acudir os agricultores famintos, que assolam as cidades e projetam uma sombra estranha sobre as pretensões de civilização das elites brasileiras. Para estes, cujo porta-voz pode ser considerado o ponderado Castro Carreira, o problema fundamental a resolver urgentemente é *como* levar os socorros aos flagelados, que meios utilizar para salvá-los da morte pela fome. Para ele, “urge que se lance mão de medidas extraordinárias e que o centro da província seja abastecido por qualquer meio para salvar a uma população superior a 400.000 infelizes, ameaçados de uma morte horrorosa”. Preocupa-o, certamente, a dissolução dos laços paternalistas de mutualidade que a emigração iria romper, deixando os proprietários em situação desfavorável para negociar salários, a partir de uma lógica de mercado, com uma população considerada instável e arredia. O domínio senhorial pressupõe o controle sobre essa massa de homens pobres e livres, cuja mobilidade deve ser restrita aos fluxos migratórios próprios do sistema de produção extensiva da pecuária e da agricultura de subsistência. Ele percebe, no entanto, outros problemas: “essa necessidade é tanto mais palpitante quanto se deve receiar que chegando a esse povo o desengano de qualquer recurso, esquecerá antes de morrer os direitos e deveres da sociedade para só atender ao instinto animal”.<sup>16</sup> Esse receio era partilhado por José do Patrocínio, para quem “a adversidade ameaçadora (...) desdobrava-se, ainda que embrionariamente, em ameaças à prosperidade e à vida” em que “o colo popular, ainda que descarnado pela fome, tinha arfado em cóleras silenciosas porém ainda assim eloquentes”.<sup>17</sup> Um receio que se materializa em situações efetivas, pois “a vida e a propriedade estão quasi sem garantias (...) porque o desespero tem forçado o povo a quantos desatinos lhe segreda a miséria”.<sup>18</sup>

A ordem e a civilização, tal como entendidas pelas elites aristocráticas brasileiras, podiam estar em perigo diante de forças desconhecidas e obscuras, posto que originadas do instinto básico de preservação da vida, que se opõe à lei e à moral. O descontrole que isso poderia provocar é antevisto como o caos e a destruição dos valores cristãos e civilizados, de certa forma já observados em outros momentos da história em que esses instintos foram liberados em massa. O *Cearense*, órgão liberal de Fortaleza, adverte que, “no dia



em que negarem socorros, ou estes não estiverem em proporções com as exigências da população esfomeada, repetir-se-ão aquelas sangrentas e horríveis cenas de que a história tantas vezes nos fala”.<sup>19</sup> Rodolpho Theophilo registra que “a classe mais abastada da capital vivia na mais tremenda expectativa”, pois, se os socorros fossem suspensos, “os habitantes do interior, impellidos pela fome e escudados no direito de conservação, atacariam a capital”.<sup>20</sup> A *ordem*, dessa forma, implica o controle rigoroso sobre os instintos, para que o furor animalesco da satisfação desmedida das necessidades básicas não se transforme em uma guerra de todos contra todos.

A defesa da caridade parecia-lhes um elemento central na luta contra o desmantelamento de uma sociedade centrada na figura hierárquica do monarca e na estruturação de relações sociais em que impera uma ordem – vista como natural – baseada na diferença, na submissão e na lealdade pessoal.<sup>21</sup>

Carreira dedica-se, em artigos posteriores, ao estudo e à divulgação de alternativas de transporte para levar os donativos aos locais mais próximos da moradia dos agricultores pobres, procurando evitar ao máximo o deslocamento desses trabalhadores aos grandes centros. Preconiza o uso de qualquer meio para atingir esse objetivo, inclusive os “carros puxados à mão”, que dispensam os pontos de abastecimento de água e de forragem, que, neste momento, inviabilizam a utilização dos animais de tração e se utilizam da mão-de-obra dos próprios retirantes. Embora não seja contrário à solução política predominante no Instituto Polytechnico – a construção de um amplo sistema de açudes para abastecimento de água e prevenção de secas –, defende a imediata construção de estradas, inclusive o encampamento da Estrada de Ferro de Baturité e o aproveitamento dos rios como forma de permitir o rápido transporte de gêneros às áreas afetadas, com a construção, ainda, de postos de armazenamento em locais estrategicamente escolhidos.<sup>22</sup>

Em segundo lugar, as interpretações sobre o preceito constitucional mencionado podem trazer à luz outras preocupações contemporâneas, que dizem respeito ao momento pelo qual que passava a sociedade brasileira. Rodolpho Theophilo, mais uma vez, percebe esse detalhe. Afirma ele que “a Constituição garante, é verdade, socorro ao faminto sem lhe exigir serviços”. A esmola oficial estaria, assim, legitimada pela lei, não importa a crítica que lhe possam fazer os liberais, que defendem a imediata e irrestrita utilização da mão-de-obra dos retirantes para a construção de obras públicas. Contudo, ele afirma também que “o pensamento da lei não pôde ser condenado, porquanto supõe indivíduos completamente inhabilitados para o trabalho e, portanto, no caso de auxílio do Estado”. Introduce-se aqui a incapacidade física ou mental do trabalhador como pressuposto para sua inserção no sistema de assistência pública, para o qual não precisaria dar em troca alguma coisa de sua

força de trabalho. A “calamidade” aparece, assim, como a ruína das capacidades individuais do trabalhador e não como a destruição social dos fatores de produção necessários ao aproveitamento dessa mão-de-obra.

As vítimas da seca, entretanto, estão em condições inteiramente excepcionaes. Não são inválidos, são homens sadios, que, atirados á indigência pelo aniquilamento de suas lavouras, se entregarão ao trabalho desde que sejam alimentados.<sup>23</sup>

Castro Carreira, por sua vez, um ano depois, apesar de reafirmar que “a Constituição manda dar esmolas e não obriga ao trabalho”, concorda que ela “não podia cogitar senão de uma calamidade transitoria, de uma peste, de uma inundação”, e conclui que “ninguém certamente acreditará, que tendo o governo de sustentar 100,000 ou 200,000 pessoas, seja mais útil conservar na ociosidade e na indolência esta população, do que occupa-la no trabalho”.<sup>24</sup> Trata-se de uma situação excepcional.

Os retirantes da seca não são inválidos nem incapacitados, mas incluem-se, contudo, em outra categoria de trabalhadores, cuja inclinação para o trabalho produtivo é considerada, no mínimo, duvidosa, e que a inteligência brasileira do século XIX classificou como *agregados*.

### *Trabalho e civilização*

Sob o título de “A colonização nacional”, e em meio a uma série de matérias sobre a “secca do norte”, o *Jornal do Commercio* (9.1.1878) traz um editorial que procura “expende algumas considerações acerca da necessidade de fixarem-se novos destinos á parte, não pouco importante, da nossa população, que vive em condições de quasi nomades, e constitue um elemento negativo da prosperidade e progresso nacionaes”. Refere-se aos homens pobres livres que habitam as áreas rurais do Império que não estão incorporadas à produção em larga escala para o mercado externo, e que circulam por essas terras em busca de mínimas condições de existência, extraindo delas uma “segurança alimentar” sempre precária, presa aos limites técnicos e sociais da “reprodução simples ou simplificada”.<sup>25</sup>

O jornal afirma a necessidade de civilizá-los, para que possam fazer parte da sociedade nacional que se estabelecia em finais do século XIX. Todavia, o padrão de vida desses *agregados* precisava ser urgentemente modificado. Sem propriedade, eles “não constroem casas para morar, contentão-se com miseras choupanas, ligeiramente construídas, uns como abarracamentos, fáceis de serem levantados da noite para o dia”. Moram em “terras

que não lhes pertencem” e onde “estão sujeitos á vontade e capricho dos proprietários” – “não vivem esses homens; vegetão, n’um estado de quasi barbaria, sem trabalhar, inúteis, se não prejudiciaes ao desenvolvimento da riqueza nacional”. Enfatiza ainda os horizontes restritos em que a vida se desenrola nessas áreas rurais, explicando assim os limites para a introdução de costumes e hábitos civilizados e, principalmente, o gosto pelo trabalho. Segundo o editorialista, os *agregados* “desconhecem os gozos da civilização, não precisam de trabalhar senão muito pouco, para ter a farinha de mandioca, base de sua alimentação, e algum dinheiro quanto chegue para comprar um pouco de panno, que lhes cubra a nudez”. O parco aproveitamento dos “trabalhos agrícolas” é apresentado como resultado dessa incompatibilidade com o trabalho árduo e com a regularidade, em que o proprietário finda por preferir o trabalho escravo diante da indolência e da resistência passiva desses homens pobres, cuja ausência de perseverança leva não só a um desperdício de produção, como provoca o aumento dos gastos públicos em momentos de crise ou escassez.

É, pois, um elemento quase bárbaro, que reclama ser civilizado pelo trabalho e encaminhado para novos hábitos e costumes, afim de constituir forças activas e creadoras, em vez de ser uma inutilidade, ou antes um tropeço ao progresso econômico do paiz.

A questão central que desvaloriza o *agregado* é sua incapacidade em adaptar-se ao trabalho exigido nas grandes fazendas de café, açúcar ou algum outro produto de valor no mercado internacional, assim como qualquer outro tipo de trabalho em que o controle do tempo e do espaço possa lhe escapar.<sup>26</sup> Trata-se, portanto, de definir o perfil do trabalhador que se quer para a nação que se está edificando, equacionando *civilização com trabalho, e ordem com obediência*.

Contudo, a definição do *agregado* muito se aproxima do *sertanejo*, o agricultor pobre que deixa suas terras – na maioria, arrendadas – em tempos de seca, e que, nesse momento, emigra descontroladamente para os centros urbanos, colocando em risco as conquistas da civilização nessas províncias. Não é à toa que esse artigo vem à tona em meio aos debates sobre a seca no norte do Império. A vida nos sertões do Ceará, de fato, pouco se parecia com as “febricitações” da Corte e esses trabalhadores quase nada conheciam das regras do mercado ou das potencialidades do salário: para eles, “poupança”, “investimento” ou “previdência” eram termos vazios de sentido, desconectados de sua existência material e de sua experiência de vida e de trabalho. Ao contrário, organizavam sua existência com base em valores baseados na lealdade pessoal e na reciprocidade, tanto no mundo material quanto no simbólico-religioso. Dessa forma, desenvolvem uma resistência passiva à introdução de mudanças que pudessem alterar sua rotina de risco mínimo e segurança alimentar.

Mesmo na Corte, alojados em improvisada hospedaria, aguardando o auxílio governamental, os emigrantes recusam-se a incorporar essa nova lógica de trabalho e parecem estar satisfeitos na condição de “pensionistas do Estado”, recusando colocações nas fazendas de café ou exigindo “salários exagerados, que nenhuma lavoura ou industria comportaria, e de nenhum modo correspondentes ás suas aptidões”. Um dos “aspectos mais graves do problema” dos emigrantes, para o *Jornal do Commercio*, é que “não é o trabalho que lhes falta, mas a vontade de trabalhar que a muitos fallece”.<sup>27</sup>

Assim, a caridade praticada pelo Estado, com base na distribuição de esmolos, é não só um desperdício, mas uma imoralidade, pois sustenta esses trabalhadores indolentes sem obter nada em troca, apenas alimentando a ociosidade. Nenhum motivo legal ou ingerência política “justificaria deixar inertes tão grande número de braços vigorosos”.<sup>28</sup> Cresce, entre os intelectuais brasileiros, a idéia de que “a esmola avilta”.<sup>29</sup>

Cedo, portanto, a introdução do trabalho nos serviços de socorros aos retirantes da seca passa a ser exigida por diversos setores da intelectualidade, tanto na Corte como na Província. Aqui, após um período de crise na administração, com a substituição do conselheiro Estelita pelo conselheiro Aguiar,<sup>30</sup> o Dr. José Julio de Albuquerque Barros assume a presidência da província em 1878, com objetivos claros de alterar a política de assistência aos retirantes. Meses depois, em seu relatório à Assembléia Provincial, o novo administrador observaria que “não pode ser função publica a alimentação do ócio e da preguiça, nem a fomentação da inércia, da imprevidencia e da mendicância pela charidade oficial não temperada pela organização do trabalho”.

O “tempero” assinalado pelo presidente da Província se refere não só aos benefícios materiais que pudessem ser obtidos com as obras públicas, mas indicam outras preocupações, expressas, de um lado, na percepção do trabalho “como elemento vital na ordem e na consecução da tranquilidade publica” e como mecanismo de combate ao “ócio gerador de perturbações internas” e, de outro lado, na valorização das suas qualidades pedagógicas, já que “ninguém quererá contestar as vantagens resultantes de tais trabalhos e com eles, em vez de mendigos, teremos trabalhadores”.<sup>31</sup>

O próprio governo imperial, “examinando as tristes condições por que estão passando as províncias do norte do império”, convenceu-se de que deveria intervir (com atraso, para Theophilo) para evitar o “despovoamento d’uma província, em condições normaes, fértil, e onde os homens são trabalhadores”. Todavia, diante dessas “tristes condições”, “os pobres fogem espavoridos do flagello da secca e da fome” e, “n’estas marchas precipitadas, quasi sem norte, perde-se o costume do trabalho” e, em decorrência disso, “desenvolvem-se vícios fataes”. O governo, então, “resolveu obstar a esses meios chamando ao trabalho os que fogem”, tirando “vantagem da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis

tantos braços ociosos”.<sup>32</sup> Assim, ao saírem das terras onde estão circunscritos ao domínio senhorial, os sertanejos perdem progressivamente os valores positivos associados ao trabalho no campo, deixando-se levar pelos vícios que a ociosidade cultiva. Ao mesmo tempo, a migração aparece como “precipitada” ou descontrolada, posto que orientada pelo arbítrio dos próprios trabalhadores: a “fuga” pode ser vista, dessa forma, como um ato covarde de quem não enfrenta as adversidades da vida. O “brio” dos cearenses – o gosto pelo trabalho – é degenerado na fuga descontrolada dos sertanejos em busca da sobrevivência.

Era preciso, ao mesmo tempo, convencer a população necessitada “de que os socorros públicos, que a constituição garante, não significão a distribuição de esmolas a indivíduos validos, que as vão comer no ócio”. Assim, cumpre ao governo assistir aos flagelados “de modo a que resulte dos sacrificios do thesouro a maior cópia de benefícios”, ao mesmo tempo “desviando-os da ociosidade”.<sup>33</sup>

Esse desvelo educativo para com os trabalhadores nacionais parece ter duas origens.

De um lado, a preservação da estabilidade política e social no campo não parecia poder prescindir do controle espacial sobre os trabalhadores, cuja mobilidade poderia ameaçar um amplo sistema de poder que se assentava na relação direta do proprietário com seus moradores e *agregados*. Esses trabalhadores “têm sido forçados pela miséria a romper por todos os laços de solidariedade com a terra”, atirando-se, “sem a mínima noção clara das cousas do governo”, em um destino incerto e perigoso que “não pôde ser a vida desocupada, ociosa, fácil e cômoda”.<sup>34</sup> A “expatriação” dos cearenses pobres aparece a Castro Carreira como um “facto doloroso” e constitui-se em um “recurso extremo”: “não se deixa a pátria, o parente e o amigo sem grande constrangimento”.<sup>35</sup> O despovoamento da Província do Ceará, portanto, aparecia como uma “grande desgraça” na medida em que desestruturava uma ampla rede de apadrinhamentos e proteções construída ao longo de décadas, em um paciente processo de estabelecimento de um conjunto de relações sociais baseadas na reciprocidade desigual e no domínio senhorial sobre *terras e gentes*,<sup>36</sup> distribuindo pelas cidades e pela Corte uma população desarraigada e sem referências – excluída, portanto, dessas redes sociais que lhe asseguram um lugar definido na sociedade.

De outro lado, o ócio é representado como “a nascente de todos os vícios”,<sup>37</sup> exigindo uma intervenção rápida dos poderes públicos no sentido de evitar o “desbriamento” dos homens que, debilitados pela fome e mal acostumados pela caridade oficial, descuidam de seus deveres para com o trabalho e para com a família. Para Patrocínio, o “brio” do homem cearense avalia-se pelo seu amor ao trabalho, que é sua “coroa de glória”. A calamidade, contudo, “tomou-o de assalto” e sua desgraça exposta nas ruas e praças, sem pudor ou

vergonha, era “o desfecho da tragédia da vergonha nacional”.<sup>38</sup> Assim, o trabalho árduo em obras públicas, cuja utilidade possa ser revertida para a província onde se encontra o emigrado, constitui-se no mecanismo de combate a esse processo de degradação, no interior do qual se percebe a decadência física dos retirantes, sua “quase-nudez”, seus “semblantes esqueléticos de vestígios da fome, de horror e de desespero”, mas que se destaca, talvez com maior ênfase, “essa outra desgraça”, “não menos lamentável”, que é “deixar inteiramente desaproveitado n’um ponto do Império tão grande número de homens validos, alimentados pela caridade publica, quando um imenso território está reclamando braços”. Este “systema”, tão condenado por todos, produz ainda, nos próprios trabalhadores emigrados, a “illusão de tornarem ao lugar de sua antiga residência pelo mesmo modo que de lá vierão” – “mas nada se ganharia”, conclui o jornal, “em estranhar-lhe somente esta illusão: é preciso combatê-la”, exercendo sobre eles “uma especie de tutela”. Propõe, assim “a fundação de uma colônia nacional, onde os emigrantes do norte venhão encontrar, a par de regulares condições de bem-estar, certa disciplina que os obrigue ao trabalho enquanto a elle não se afeiçoão”.<sup>39</sup> André Rebouças, ainda em 1877, prenuncia dias difíceis: “que será dessa infeliz gente, Deus da Misericórdia!, perdidos os hábitos do trabalho na ociosidade, na vagabundagem e na mendicidade?”.<sup>40</sup>

O trabalho, portanto, não só “constrói” bens materiais ou “ocupa” os trabalhadores, desviando-os dos maus pensamentos e deixando após si um rastro de obras úteis à sociedade, mas essencialmente os “educa”. Assim, “além de se poder conservar no retirante o habito do trabalho, desaparecia a inconveniência da ociosidade, causa poderosa de muitas desgraças”.<sup>41</sup> E a momentânea disponibilidade de “braços válidos” circulando por vários territórios do Império oferecia uma oportunidade ímpar para que essa educação se generalizasse, como pretendiam os arautos do liberalismo.

O “desbriamento” dos trabalhadores, motivado pela fome, pela ociosidade e pela esmola oficial, agravava a “inutilidade” natural da condição de *agregados* dos retirantes, cujo futuro deveria ser dirigido pelo governo na direção do amor ao trabalho e da aceitação da ordem estabelecida, para o bem do Estado. Predispostos à indolência pela ausência de propriedade e degradados pela fome, os trabalhadores retirantes, os *agregados* do sertão, haveriam que se submeter a um regime de “tutela” em que, de um lado, os rigores do trabalho escravo seriam lembrados ou imediatamente associados e, de outro lado, se firmasse, na relação entre Estado e classe trabalhadora, a noção de que ao trabalho nem sempre deveriam ou poderiam ser vinculados direitos – o que, pela via autoritária, implantar-se-ia no Brasil durante o Estado Novo, mais de sessenta anos depois.

Mesmo assim, nem sempre o trabalho nas frentes de socorros públicos conseguia obter o efeito desejado. Para Patrocínio, a “classe dos trabalhadores”, embora composta de homens “mais robustos”, veste pelo “mesmo figurino – o da vergonha nacional”. “Em vez de desenhar-se-lhes no semblante o orgulho de quem pelo próprio esforço conseguiu arrancar à adversidade meios de subsistência, no olhar, no passo arrastado, fazem perceber a sua humilhação”.

Isso acontece, segundo ele, porque “o salário não basta para alimentar a família” e a ração que recebem (“meio quilo de carne do Rio Grande, cognominada por eles – a *carne velha*”) é “geralmente odiada”.<sup>42</sup> Ao trabalho, portanto, não corresponde uma retribuição que restitua no trabalhador um vínculo positivo com sua atividade, permanecendo, ao contrário do pretendido, uma relação de humilhação semelhante à esmola – ou “esmola remunerada”, como defende Castro Carreira.<sup>43</sup>

Assim, o amplo sistema de obras públicas instalado em 1878 se justificaria em seu despotismo – exercido cotidianamente por chefetes, encarregados, feitores, médicos, comissários e engenheiros – através de um complexo arsenal ideológico de defesa da *civilização*, cujas bases se assentariam no trabalho regular, sistemático e parcelar, cuja outra face deveriam ser a obediência, a iniciativa e a dedicação, associadas intimamente ao universo da produção intensiva de mercadorias.

### *Moral e bons costumes*

Rodolpho Theophilo e José do Patrocínio percorreram trajetórias semelhantes na tentativa de compreensão do fenômeno da seca e da emigração dos trabalhadores: produziram anotações detalhadas, frutos de observações diretas em Fortaleza, que resultaram em romances: *A fome* (1890) e *Os retirantes* (1879).<sup>44</sup> Mas não foram somente os veículos utilizados para a expressão dessas impressões – de viagem, no caso de Patrocínio – que coincidem (com nítida supremacia da literatura sobre a história ou o jornalismo). A ênfase na corrupção e na decadência moral caracteriza o trabalho de ambos os intelectuais, sintonizados como estavam com as preocupações gerais, também expressas nos jornais da Corte e da Província, diante do aumento desenfreado da prostituição nos centros urbanos. De certa forma, esses problemas podem ser inseridos na temática geral da *degradação*, que reúne uma percepção crítica com relação aos valores em crise no período de formação de um Estado Nacional brasileiro.

Os romances, especialmente, traduzem um esforço para captar o grau de resistência dos valores morais, escorados na vida civilizada e moderna, diante de uma situação-limite que coloca diante de toda a população – e não só os pobres! – a tragédia da incapacidade humana em subsistir a uma calamidade natural que atinge as bases da sustentação produtiva da sociedade. A seca, vista por eles como um fenômeno externo à estrutura social e que se abate sobre ela, ocasiona a perda dos referenciais culturais que, afinal, diferenciam os homens dos animais. Assim, literária ou jornalisticamente, os intelectuais delimitam os problemas a serem enfrentados e configuram, no mesmo movimento, um campo de “dizibilidades”, no interior do qual, necessariamente, tais problemas devem ser pensados.

O fundamento básico desses referenciais culturais – a família! – seria, portanto, o primeiro ponto a ser atingido.

Em primeiro lugar, Castro Carreira percebe a dissolução dos vínculos familiares quando a morte, “acompanhada dos horrores da fome”, dá lugar “às desgraçadas cenas do abandono dos pais aos filhos, e destes a aqueles” – “o pai, o filho, o esposo, o irmão, o amigo não reflectem, os laços de sua adesão quebrão-se na presença do horrendo fantasma”. Desta forma, a proximidade da morte pela fome coloca os homens em situação de uma luta primária em que “os sentimentos de humanidade se concentram na necessidade de salvar a vida”, subordinando as normas sociais e os valores morais que constituem a base da experiência humana.<sup>45</sup> Para Rodolpho Theophilo, “na multidão nivelada pela miséria, perdia-se a família”.<sup>46</sup>

Essa preocupação permanecerá na reflexão dos intelectuais nos anos seguintes, especialmente Thomaz Pompeu Sobrinho, para quem “o instinto de conservação é ordinariamente mais forte que qualquer outro” e que, portanto, “a necessidade íntima de viver embota os sentimentos mais delicados e altruísticos”. Para ele, “não é somente o corpo que se consome, minado pela desnutrição forçada que leva à extrema inanição, à morte; mas, também, a alma se degrada”.<sup>47</sup>

A própria descrição minuciosa e repetitiva das cenas de degradação física e moral – roubo, prostituição, criminalidade, ferocidade e antropofagia –, partilhada por praticamente todos os observadores, literatos e comentaristas, indica essa íntima e angustiante reflexão.

Em segundo lugar, as diferenciações entre a “harmonia” no campo e as “desavenças” da cidade aparecem na forma de uma idealização da vida familiar, em que a preservação da honra feminina é um ponto fundamental, que se soma a uma idealização “cabocla” do próprio mundo sertanejo.<sup>48</sup> Assim, o “primitivo meio social” propicia que as famílias vivam “bem organizadas e felizes”, em “plena harmonia com o sistema social local”.<sup>49</sup> As mulheres são “santificadas por uma vida simples”<sup>50</sup> e os homens “nada conhecem da vida de uma cidade que só por seu aspecto e bulício os enche de espanto e de indecisão”.<sup>51</sup> Dessa



forma, o contraste entre a experiência rural do trabalhador retirante e a experiência da migração para os centros urbanos, nas condições específicas em que isso aconteceu, organiza a percepção da degradação e da perversão como resultados da desorganização da vida tradicional nas fazendas, sob a “direção” política e cultural dos senhores de terras. O conflito e a insatisfação são introduzidos na vida dos trabalhadores pobres pela via da seca, da fome e, principalmente, do abandono de um mundo conhecido e afetuoso, que, apesar de “simples” e “primitivo”, é “feliz” e “harmonioso”. Não se trata, portanto, de uma possibilidade de ruptura em função da exacerbação das desigualdades sociais, da exploração econômica ou da opressão política, mas em função de um fenômeno imponderável da natureza. Desenvolve-se, assim, a percepção de que “todas estas scenas de lamentosa anormalidade desdobradas pelos caminhos na promiscuidade extenuadora do infortúnio, tiveram como complemento o abandono da terra natal, e a emigração para outros climas, outros costumes, outra educação” e que “era dever público velar pela sorte d’aquelles que sahindo do meio de costumes simples foram inopinadamente arremessados em uma capital, que absorveu já todos os vícios do mundo”.<sup>52</sup> O progresso, embora seja necessário e até inevitável,<sup>53</sup> conduz ao desenvolvimento de conflitos sociais que têm por base interesses contraditórios anteriormente inexistentes.

Em terceiro lugar, o “desbriamento” dos homens revela-se também no descuido para com a “honra das famílias”, permitindo a degradação dos costumes tradicionais de proteção à mulher. Patrocínio observa que “mães, pais, maridos, os venerandos atalaias da pureza da família, colocados em tão dura alternativa e sem forças para reagirem, cedem à transação ignóbil da honra pela vida”. Em Fortaleza, as “filhas dos sertões” enfrentam uma realidade nova e desafiadora, e “a libidinagem abastada pôs-se logo ao encalce das suas grinaldas e propôs-lhes o terrível dilema: rendei-vos ou contai com a morte”.<sup>54</sup> Na Corte, entre os emigrados, o “zelo santo dos deuses lares” foi extinto e “os mais castos sentimentos” foram profanados, “sem o protesto ao menos da parte dos deshonrados”.<sup>55</sup> A defesa do “recato familiar”, uma obrigação definida tanto pela Igreja católica quanto pelas normas paternalistas, era igualmente afrouxada pela fome e pela miséria. Após venderem todos os seus bens e tentarem todas as formas de sobreviver, os trabalhadores pobres alquebrados pela fome e pelo infortúnio descuidam dos valores de que se acham depositários e permitem o “sacrifício dos sentimentos mais respeitáveis”. De certa forma, a situação original de *agregados* já os predispõe a esse desleixo, pois, segundo Patrocínio, “a maioria dos retirantes, ainda semi-selvagens, prefere mercadejar com a honra das famílias a cometer um furto”. A “semi-selvageria”, identificada pelo jornalista, pode estar indicando uma prevalência de valores tradicionais em que a ofensa ao proprietário (o furto) talvez seja uma

transgressão mais grave do que a “venda das esposas”. De qualquer maneira, ele enfatiza que são os “próprios esposos, pais e irmãos” os que “propõem a transação ignominiosa”,<sup>56</sup> realçando assim o “desbriamento” desses homens que comercializam a honra das mulheres de suas famílias. A denúncia desse “crime” parecia-lhe uma tarefa fundamental, a que se dedica intensamente no jornalismo e na literatura.

O leilão da honra tornou-se um fato comezinho entre os desgraçados. Os maridos, os irmãos, os pais aossados pela fome entregavam esposas, irmãs e filhas à libertinagem a mais desenfreada, para dela tirarem a subsistência. A prostituição, esta nódoa que outrora não se lavava nunca mais aos olhos do povo sertanejo, tornou-se uma coisa comezinha, a respeito da qual não se discutia.<sup>57</sup>

No entanto, ao desleixo dos retirantes correspondia a “libidinagem” de pessoas poderosas, não só em Fortaleza, mas também na Corte. Os “desalmados sedutores” percorriam os abarracamentos e as hospedarias, onde “pactuavam com mães corrompidas e desalmadas, comprando-lhes friamente a honra das filhas”. Theophilo também não economiza adjetivos para qualificar tanto os “compradores” quanto os “vendedores”, nessa “transação ignominiosa”: uns, aproveitando-se da situação geral de rebaixamento das defesas morais, eram “devorados da sensualidade brutal dos jumentos” porque “a consciência embotando-se n’estes réprobos sociais havia deixado apenas um sacco de pus com dentes, á semelhanças das nojentas aranhas caranguejeiras dos trópicos”; outras, “que a natureza desgraçadamente fizera mães”, são “vis e asquerosas mulheres”, que produzem “feridas moraes” que enegrecem para sempre a “physionomia do velho sertanejo”.<sup>58</sup>

A própria estratégia narrativa utilizada pelos romancistas aqui mencionados atesta a importância desse tema para a percepção que elaboram sobre os trabalhadores retirantes.

Eulália, personagem central de *Os retirantes*, perde o pai e envolve-se com um padre corrupto e sedutor, degradando-se progressivamente ao longo da trama, na tentativa de sobreviver e sustentar a tia e a irmã. Apesar de, em seus pensamentos, manter acesa a chama dos rígidos valores morais cultivados na família sertaneja abastada de onde veio, não consegue evitar o envolvimento com a prostituição e as doenças que dela decorrem, morrendo dolorosa e desmoralizadamente ao fim de um calvário de sofrimentos. Irena, sua muito amiga, educada nos mesmos valores, mantém-se sempre junto ao pai, que, embora doente e cego, enfraquecido e incapaz, protege-a, apenas com sua presença, dos perigos da sedução que a espreitam em cada situação. À morte do pai se sucede imediatamente o reencontro com a antiga e inesquecida paixão (coincidentemente, um membro da família

Feitosa), garantindo, assim, a permanência da proteção masculina. Amparada por fragmentos da família, Irena é retribuída, no romance, por um casamento seguro e um futuro garantido, no seio de uma família sólida, tradicional e abastada.

Theophilo, por sua vez, introduz um certo “corte de classe” na narrativa literária de *A fome*, ao diferenciar as trajetórias de Carolina e Vitorina. A primeira, uma “flor loura, branca e de olhos azuis”, filha do coronel Manuel de Freitas, “descendente de uma das mais antigas e importantes famílias do alto sertão”, é educada com base nos rígidos valores sertanejos e mantém-se com seus pais ao longo de toda a trama. Mesmo reduzida à miséria pela seca, junto com a sua família, resiste heroicamente aos assédios freqüentes do comissário Arruda, confiante em sua moralidade assegurada pelos pais e pelo namorado, que haveria de substituí-los quando casassem. A cabocla Vitorina, contudo, filha de retirantes pobres, perde toda a família no trajeto para a capital, e vê-se sozinha em meio a um abarracamento de indigentes famintos. Ameaçada de ter sua “dieta” cortada, e depois de ser alcoolizada, entregou-se “sem resistência” ao mesmo comissário Arruda. Pela manhã, “saiu incorporada às prostitutas”: “uma noite de crápula bastou para crestar aquela flor de quatorze anos”. Os padrões da desigualdade social, aqui, se reproduzem na economia da sedução.

Talvez seja possível indicar a generalização de uma visão naturalizada dos papéis sexuais, predominante em muitos intelectuais de finais do século XIX, que subordina e infantiliza a mulher. Para o mesmo Theophilo, por exemplo, “a natureza, sobrecarregando-a de tributos mais pesados que os do homem, quiz attenual-os, dando-lhe a vida pacífica do lar”.<sup>59</sup>

Mas, certamente, é possível identificar nessas fontes uma preocupação com os trabalhadores que vai além da defesa da propriedade ou da formação de uma força de trabalho, mas indica um receio diante da ameaça da dissolução moral da sociedade, em um momento em que diversas transformações ocorriam e um ambiente geral de incertezas acometia as reflexões letradas. O tempo da crise, da seca, traz à tona as possibilidades de ruptura desse tecido social já desgastado. Sendo assim, “socorrer o povo nas calamidades não é só arrancar-o da morte, é também preservar a moral social dos profundos golpes que os egoísmos faccinoras costumam desfechar-lhe então”. Nessas circunstâncias, “o *retirante* que symbolisava uma calamidade, passou a ser o *emigrado*, que symbolisa uma iniquidade”. Cresce, portanto, entre intelectuais e políticos do final do século XIX, a percepção de que “não basta trancar a bocca dos túmulos, é mister também impedir que se satisfaça a voracidade dos prostíbulo”.<sup>60</sup>

*Recebido em julho/2003; aprovado em setembro/2003*

\* Professor do Departamento de História da UFC.

<sup>1</sup> Boa parte da pesquisa que deu origem a este artigo foi realizada no Centro de Estudos de História da Cultura (Cecult) e no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Unicamp, durante maio e novembro de 2002, como estágio de pós-doutorado inserido no Projeto coletivo “Diferenças, Territórios, Identidades: os trabalhadores no Brasil, 1790-1930”, parte integrante do convênio Capes-Procad (UFC-UFBA-Unicamp). A partir de março de 2003, a pesquisa passou a ser apoiada pelo CNPq, através de uma bolsa de Produtividade em Pesquisa, com o Projeto “A Seca e Cidade: a formação da pobreza urbana em Fortaleza (1877-1915)”, que se apóia em evidências mais diversificadas, como a documentação localizada no Arquivo Público do Estado do Ceará e outros jornais locais, como *O Retirante*, *O Echo do Povo*, *Pedro II, Constituição e O Colossal* – este último um jornal de origem “operária”. Uma primeira versão deste texto foi apresentada no Colóquio “Trabalhadores: paternalismo, consensos e dissensos”, realizado em Fortaleza, entre 16 e 18 de outubro de 2002, reunindo as pesquisas que compõem o referido convênio Capes-Procad. Agradeço aos colegas presentes no Colóquio, aos participantes da Linha de Pesquisa em História Social da Cultura da Pós-Graduação em História da Unicamp, onde também pude discutir algumas dessas idéias, e aos colegas do Cecult, especialmente o Prof. Sidney Chalhoub, que atenciosamente acompanhou todo esse trabalho. Para uma visão geral da seca de 1877 em Fortaleza, cf. NEVES, Frederico de Castro. “A ‘capital de um pavoroso reino’: Fortaleza e a seca de 1877”. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 9, pp. 93-111, 2000.

<sup>2</sup> *Diário de Pernambuco*, 7.9.1877.

<sup>3</sup> *Gazeta de Notícias*, 27.9.1877.

<sup>4</sup> *Cearense*, 18.4.1877.

<sup>5</sup> Ofício circular do Ministro dos Negócios do Império ao Presidente da Província do Ceará José Bento da Cunha Figueiredo, em 4.2.1876. Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), Ministério do Império ao Presidente da Província, Avisos (1874-1877).

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*, 6.1.1878.

<sup>7</sup> THEOPHILO, Rodolpho. *História da secca do Ceará (1877-1880)*. Rio de Janeiro, Imprensa Inglesa, 1922, pp. 97 e 194.

<sup>8</sup> Cf. SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance*. New Haven, Yale University Press, 1990, pp. 17-44.

<sup>9</sup> Apec, documento encontrado na caixa que contém os ofícios trocados entre o ministro dos Negócios do Império e o presidente da Província do Ceará, 1877. Os trabalhadores imploram por donativos “que os auxiliem a exercerem a sua industria nesta cidade, ou a transportarem-se com suas famílias para outra provincia, onde achem occupação útil”. Ou seja: caridade ou migração.

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 10.11.1877. A defesa da “livre iniciativa” para o exercício da caridade individual desdobra-se em uma crítica às iniciativas governamentais que restringem a livre circulação de mercadorias para as áreas em crise de escassez. Deste “erro”, segundo um editorialista, decorre “o contrabando de gêneros alimentícios com destino à região flagellada pela secca, e especialmente para o Ceará”; lembra ainda o “auspicioso lábaro” criado pelo “immortal patriarcha da sciencia econômica, Vincent de Gournéy”: “LAISSEZ FAIRE, LAISSEZ PASSER, LAISSEZ TRAVAILLER, LAISSEZ CHANGER” (JC, 6.1.1878).

<sup>11</sup> *Jornal do Commercio*, 2.7.1877.

<sup>12</sup> *Jornal do Commercio*, 18.12.1877.

<sup>13</sup> *Jornal do Commercio*, 14.10.1877.

<sup>14</sup> *Gazeta de Notícias*, 12.9.1878.

<sup>15</sup> REBOUÇAS, André. *A sêcca nas Províncias do Norte*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1877, p. 39.

<sup>16</sup> *Jornal do Commercio*, 4.11.1877.

<sup>17</sup> *Gazeta de Notícias*, 22.8.1878.

<sup>18</sup> *Jornal do Commercio*, 17.1.1878.

<sup>19</sup> *Cearense*, 25.10.1877.

<sup>20</sup> THEOPHILO, Rodolpho, op. cit., p. 365. Convém observar que a seca de 1877 pegou a todos de surpresa: tanto os governantes quanto os camponeses aprenderam, em meio à calamidade, a urdir novas alternativas de ação diante das inesperadas condições. Cf. NEVES, Frederico de Castro. "A Lei de Terras e a Lei da Vida: transformações no mundo rural do Ceará no século XIX." *Estudos de História*, Franca, Unesp, v. 8, n. 2, pp. 37-58, 2001.

<sup>21</sup> Para uma visão geral do paternalismo. Cf. THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, pp. 25-85; GENOVESE, Eugene D. *Roll, Jordan, Roll. The World the Slaves Made*. New York, Vintage Books, 1976, pp. 661-665; HIMMEL-FARB, Gertrude. *La idea de la pobreza. Inglaterra a principios de la era industrial*. México, Fondo de Cultura Económica, 1988, pp. 209-223.

<sup>22</sup> *Jornal do Commercio*, 8 e 16.11.1877. No Instituto Polytechnico, em sessão presidida pelo próprio imperador, o tema da "secca do Norte" é trazido à baila, com exposições dos conselheiros Rohan, Coutinho, Buarque de Macedo, Álvaro Luz e André Rebouças, além da leitura das cartas de Guilherme Capanema e Zózimo Barroso (JC, 21.10.1877). Capanema, no entanto, que esteve no Ceará com a Comissão Científica de 1859, duvida da eficácia dos açudes, pois o processo de evaporação poderia levar à formação de águas estagnadas por todo o território, do que "póde resultar um grande mal: o tornar-se a província, hoje proverbialmente sadia, altamente pestífera" (JC, 23.10.1877). Todos os conselheiros se remetem ao programa de trabalho indicado por outro membro da Comissão de 1859, Giacomo Raja Gabaglia, publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 28 e 30.8.1861. Sobre a Comissão, Cf. PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Comissão das Borboletas: a ciência do Império entre o Ceará e a Corte (1856-1867)*. Fortaleza, Museu do Ceará/Secult, 2003. A proposta mais complexa e "radical" para a resolução do problema da seca, saída dos intelectuais ligados ao Instituto, parece ter sido formulada pelo próprio André Rebouças. Preconizava ele duas frentes de atuação imediata: em primeiro lugar, a fixação "na agricultura do litoral marítimo e fluvial, e nas serras de vegetação perpétua, a mor parte dos retirantes do sertão", implementando nessas áreas um sistema de "colonização nacional", com "subdivisão do solo, pequena propriedade, cultura intensiva, estabulação e todos os benefícios que os socionionistas (!) resumem nas sublimes palavras - *Democracia rural*"; em segundo lugar, o estabelecimento das "bases de operação para reconquistar o sertão em um futuro próximo, com rios açudados e canalizados; com vastíssimos e inúmeros açudes: com exuberante arboricultura; com vias férreas econômicas e *plank-roads*; com poços indianos e artezianos; com cisternas venezianas; com todos os meios, enfim, que a arte do engenheiro sugere para a riqueza e prosperidade da vastíssima região situada entre o Parnahyba e o S. Francisco" (JC, 19.10.1877).

<sup>23</sup> THEOPHILO, Rodolpho, op. cit., p. 356.

<sup>24</sup> *Jornal do Commercio*, 4.7.1879.

- <sup>25</sup> Cf. SCHWARZ, Alf. "Lógica do desenvolvimento do Estado e lógica camponesa". São Paulo. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, pp. 75-114, 1990.
- <sup>26</sup> Cf. BARREIRO, José Carlos. "Instituições, trabalho e luta de classes no Brasil do século XIX". *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 7, n. 14, pp. 131-149, mar./ago. 1987 (especialmente pp. 139-141).
- <sup>27</sup> *Jornal do Commercio*, 8 e 10.5.1878.
- <sup>28</sup> *Jornal do Commercio*, 11.1.1878.
- <sup>29</sup> REBOUÇAS, André, op. cit., p. 43.
- <sup>30</sup> José do Patrocínio avalia que o "velho administrador tinha querido principalmente distribuir pão", lançando mão das comissões de socorros no interior, as quais, no entanto, transformaram-se em centros de corrupção, praticando "atos criminosos de prevaricação". Aguiar, portanto, "tratou logo de exigir de parte dos funcionários toda a seriedade e toda inteireza moral indispensável em quem tinha nas mãos os dinheiros públicos". O jornalista acusa a "oposição", ameaçada em seus privilégios, de incentivar a população faminta a migrar em massa para a capital, onde o novo presidente concentrou os socorros, causando uma desorganização sem precedentes em Fortaleza (GN. 12.9.1878).
- <sup>31</sup> *Cearense*, 18.4.1877. CEARÁ. *Falla com que o Exm. Sr. Dr. José Julio de Albuquerque Barros, Presidente da Provincia do Ceará, abriu a 1ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembléa Provincial, no dia 1 de Novembro de 1878*. Fortaleza, Typographia Brasileira, 1879, p. 44.
- <sup>32</sup> *Gazeta de Notícias*, 3.6.1878.
- <sup>33</sup> *Jornal do Commercio*, 16.4.1878.
- <sup>34</sup> *Jornal do Commercio*, 8.5.1878.
- <sup>35</sup> *Jornal do Commercio*, 30.4.1878.
- <sup>36</sup> Cf. MOTTA, Márcia M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, Vício de Leitura/Aperj, 1998.
- <sup>37</sup> *Cearense*, 26.7.1877.
- <sup>38</sup> *Gazeta de Notícias*, 22.8.1878.
- <sup>39</sup> *Jornal do Commercio*, 8 e 10.5.1878.
- <sup>40</sup> REBOUÇAS, André, op. cit., p. 57.
- <sup>41</sup> THEOPHILO, Rodolpho, op. cit., p. 356. Segundo este ilustrado farmacêutico, entre 1878 e 1880, foram construídos no Ceará "73 açudes, 64 igrejas, 50 cemitérios, 60 estradas e ladeiras, 48 cadeias, 34 poços de alvenaria, 29 escolas, 25 casas de câmara, 19 pontes, 23 calçamentos de estradas e ruas, 27 aterros (viaductos), 14 mercados, 7 canos de esgoto, 7 quartéis, 3 azylos, 30 obras diversas – total 523", sem falar nas obras das "duas estradas de ferro, as do quartel de linha e paiol da pólvora da capital, abarracamentos, enfermarias, lazaretos, cacimbas, nivelamento e limpeza das cidades, villas e povoados, olarias, caeiras, roçados, cercas, etc." O sistema de trabalho era baseado na formação de turmas de cerca de cem "operários", sob a direção de um deles, escolhido pelo comissário do abarracamento, para o carregamento de pedras e outras tarefas simples e repetitivas, cuja qualificação necessária era apenas o esforço físico – obviamente, os saberes trazidos do mundo rural eram desprezados e a disciplina era um elemento fundamental. Ver, por exemplo, a correspondência entre os comissários de distritos e abarracamentos com o presidente da Província (Apec).
- <sup>42</sup> *Gazeta de Notícias*, 23.7.1878.

<sup>43</sup> *Jornal do Commercio*, 25.12.1877.

<sup>44</sup> TEÓFILO, Rodolfo. *A fome; violação*. Rio de Janeiro/Fortaleza, José Olympio/Academia Cearense de Letras, 1979; PATROCÍNIO, José. *Os retirantes*. 2 v. São Paulo, Editora Três, 1973. As anotações de Theophilo resultaram posteriormente no livro *História da seca do Ceará (1877-1880)*, e as de Patrocínio em dez artigos publicados no jornal carioca *Gazeta de Notícias*, entre junho e setembro de 1878, seguindo-se a publicação do romance em forma de folhetim. O jornalista carioca, ao mesmo tempo, enviou para o semanário *O Besouro* algumas fotografias tiradas por J. Corrêa, adornadas com pequenas quadras que destacavam aspectos dos retratados; duas delas também foram publicadas no livro de Theophilo. Os originais (14) pertencem ao acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Cf. ANDRADE, Joaquim M. F. e LOGATTO, Rosângela. "Imagens da seca de 1877-78 no Ceará: uma contribuição para o conhecimento das origens do fotojornalismo na imprensa brasileira". *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 114, pp. 71-83, 1994; e BARBOSA, Marta E. J. "Imprensa e fotografia: imagens de pobreza no Ceará entre final do século XIX e início do século XX". *Projeto História*, São Paulo, n. 24, pp. 421-430, jun. 2002.

<sup>45</sup> *Jornal do Commercio*, 9.1 e 30.4.1878.

<sup>46</sup> THEOPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará (1877-1880)*, op. cit., p. 269.

<sup>47</sup> SOBRINHO, Thomaz Pompeu. *O problema das seccas*. Ceará, Typo-lithographia Gadelha, 1917, p. 25; e *História das secas (século XX)*. Fortaleza, Ed. Batista Fontenelle, 1953, p. 55.

<sup>48</sup> Cf. ALENCAR, José de. *O sertanejo*. São Paulo, José Olympio, 1967 (ed. original 1875), e as pertinentes análises de BARBOSA, Ivone C. *Sertão: um lugar incomum. O sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000, pp. 61-140.

<sup>49</sup> SOBRINHO, Thomaz Pompeu, op. cit., p. 54.

<sup>50</sup> *Gazeta de Notícias*, 23.7.1878.

<sup>51</sup> *Jornal do Commercio*, 8.5.1878.

<sup>52</sup> *O Besouro*, 4 de maio de 1878, p. 37.

<sup>53</sup> Patrocínio afirma pertencer "a uma escola filosófica despreocupada dos efêmeros interesses do presente porque tem um interesse máximo – a renovação fundamental do futuro", baseada "na tranquilidade de leis precisas que dia por dia assenhoreiam-se da concepção universal, e como que por um fenômeno de endosse vai penetrando todas as classes". *Gazeta de Notícias*. 30.8.1878.

<sup>54</sup> *Gazeta de Notícias*, 23.7.1878.

<sup>55</sup> *O Besouro*, 4 de maio de 1878, p. 38.

<sup>56</sup> *Gazeta de Notícias*, 15.8.1878.

<sup>57</sup> PATROCÍNIO, José, op. cit., v. 2, pp. 256-257.

<sup>58</sup> THEOPHILO, Rodolpho. *História da seca do Ceará (1877-1880)*, op. cit., p. 389.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 270.

<sup>60</sup> *O Besouro*, 4 de maio de 1878, p. 38. Esse hebdomadário, originalmente humorístico e satírico, pede licença a seus leitores para falar da seca e "abre um parenthesis aos seus zumbidos alegres, a sua jovialidade innata, para pedir um pouco de atenção para semelhante facto".